

ENTRONCAMENTO



PAEL – Programa de Apoio à Economia Local

ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO
RELATÓRIO ANUAL - 2016

Empréstimo PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL

Relatório de Acompanhamento e Monitorização

O **PAEL – Programa de Apoio à Economia Local** foi aprovado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto e regulamentado pela Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro. Teve como principal objetivo o equilíbrio das contas públicas, designadamente a redução dos montantes dos pagamentos em atraso dos municípios. Sob a forma de empréstimo celebrado entre os municípios aderentes e o Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, foi concedida aos municípios uma linha de crédito no valor de 1.000.000.000€, para regularização das dívidas a fornecedores que se encontrassem vencidas há mais de 90 dias e registadas na DGAL a 31 de março de 2012.

O PAEL divide-se em dois Programas:

Programa I - integra os municípios que se encontravam à data da candidatura abrangidos por um Plano de reequilíbrio financeiro e numa situação de desequilíbrio estrutural à data de 31-12-2011;

Programa II – para os restantes municípios.

O Município do Entroncamento recorreu ao Programa II tendo sido concedido um empréstimo no valor de **3.400.449,23€**, cujo contrato foi assinado em 16-11-2012. O capital foi disponibilizado em duas tranches, a primeira no valor de 70% do montante financiado após obtenção do VISTO do Tribunal de Contas e a 2.ª no valor de 30% após cumpridos todos os pressupostos necessários para o efeito.

O Empréstimo foi concedido pelo prazo de 14 anos sendo o reembolso do capital efetuado em 28 prestações semestrais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 15/05/2013 e a última em 15/11/2026.

Tendo em conta que a taxa de juro contratada aquando da assinatura do contrato, estava desadequada face aos valores atuais de mercado, e atendendo ao disposto no art.º n.º 258 da Lei 42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado), o qual faz uma alteração à Lei n.º 73/2012, de 3 de setembro, o município do Entroncamento em 2016 iniciou uma operação de substituição de dívida, com vista à redução do valor dos juros a pagar até ao final do contrato.

O contrato, no valor de **2.297.216,75€**, foi celebrado com o Banco Santander TOTTA, S.A., obteve o Visto do tribunal de Contas em 21-12-2016 e permitiu o pagamento total do valor em dívida à Direção Geral do Tesouro e Finanças. Com esta operação o Município poupou cerca de 100.000€ em juros.

Com a celebração deste novo contrato de empréstimo, o município do Entroncamento deixou de estar sujeito às obrigações constantes no Plano Ajustamento Financeiro, pelo facto de ter feito a liquidação completa do empréstimo PAEL atrás referido.

A alteração ao n.º 2 do art.º 86.º refere que “O Plano de Ajustamento Financeiro previsto na Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto e todas as obrigações dele constantes, cessam no momento da liquidação completa, com recurso a fundos próprios ou alheios, do empréstimo vigente concedido pelo Estado”.

O Plano de Ajustamento Financeiro continha um conjunto de medidas e objetivos que visavam o restabelecimento do equilíbrio financeiro da autarquia, sendo o principal objetivo o controlo da dívida e colocação da mesma dentro dos parâmetros legalmente aceites. Apesar do Município do Entroncamento não estar, neste momento, sujeito ao cumprimento do PAF, este será sempre um documento de referência e os objetivos globais nele constantes (controlo financeiro e redução da dívida) serão sempre cumpridos.

Assim, anexam-se os seguintes quadros:

Quadro I – Situação Financeira Atual e Previsões de Evolução

Quadro II – Medidas propostas no Plano de Ajustamento Financeiro

Quadro III – Evolução Previsional da Receita e da Despesa

Quadro IV – Mapa Previsional da Evolução da Dívida de Curto e Médio e Longo Prazo

Estes quadros foram disponibilizados pela DGAL, tendo em vista uma uniformização da estrutura da informação que cada município deverá prestar nos respetivos relatórios. Os valores apresentados nos mapas têm por base três colunas:

- O valor que se encontrava definido no PAF e que foi objeto de apreciação em fase de candidatura ao PAEL (são inalteráveis);
- Os valores realizados no ano;
- A diferença entre o esperado e o atingido.

Quadro I – Situação Financeira Atual e Previsões de Evolução

O Quadro I, que se encontra em anexo ao presente Relatório, contém devidamente discriminada a situação financeira do município desde a sua adesão ao PAEL até ao final do ano de 2016.

Da análise ao referido Quadro I e em relação ao ano de 2016, verifica-se que o valor total das receitas correntes cobradas foi de 11.182.796,36 €, o qual correspondeu a um nível de execução de 90%, um valor bem próximo do estimado no PAF. A mesma situação ocorreu em relação ao total das despesas correntes, cujo valor de 9.890.760,58€ correspondeu a uma execução de 91%.

Já em relação às receitas de capital o total ascendeu a 1.529.991,18€ e as despesas de capital a 2.182.750,59€, valores próximos de 50% do estimado.

	Valor estimado PAF 2016	Valor executado 2016	%
Receita corrente	12.412.849,34	11.182.796,36	90%
Receita capital	2.984.800,55	1.529.991,18	51%
Reposições não abatidas nos pagamentos	9.417,57	34.598,70	367%
Receita total	15.407.067,47	12.747.386,24	83%

Despesas Correntes	10.812.119,51	9.890.760,58	91%
Despesas de capital	4.551.093,82	2.182.750,59	48%
Despesa total	15.363.213,32	12.073.511,17	79%

Em relação ao Endividamento total do município, o valor foi de 10.884.975,62€, o que equivale a um aumento de 577.667,27€ relativamente ao estimado.

O total da dívida a fornecedores foi de 1.661.190,09€, situação bastante positiva, uma vez que foi de menos 389.219.52€ do que havia sido previsto no PAF.

A componente “Outra dívida a terceiros não financiada” inclui, entre outros, os seguintes valores:

- 354.542,86€ - valor em dívida referente ao FAM;
- 118.934,00€ - de dívida a Manuel Barroso Tavares, Lda., relativa à compra do Estúdio 121 e que se encontra a ser liquidada em prestações;
- 372.000,00€ - contrato promessa de permuta celebrado a 7 de março de 2012 e respetiva adenda celebrada a 13 de novembro de 2012, com Maria da Conceição Nunes Bento, referente aos terrenos do Centro Escolar Norte/Processo-Escola das Tílias;
- 208.006,41€ - valor referente a cauções/garantias de fornecedores de imobilizado, o qual apenas pode ser restituído quando ocorrerem as receções definitivas das respetivas empreitadas;
- 54.323,83€ - referente a regularização de verbas ainda por receber, bem como de dívidas a pagar à Agência de Desenvolvimento e Coesão, relativamente às candidaturas “Construção da

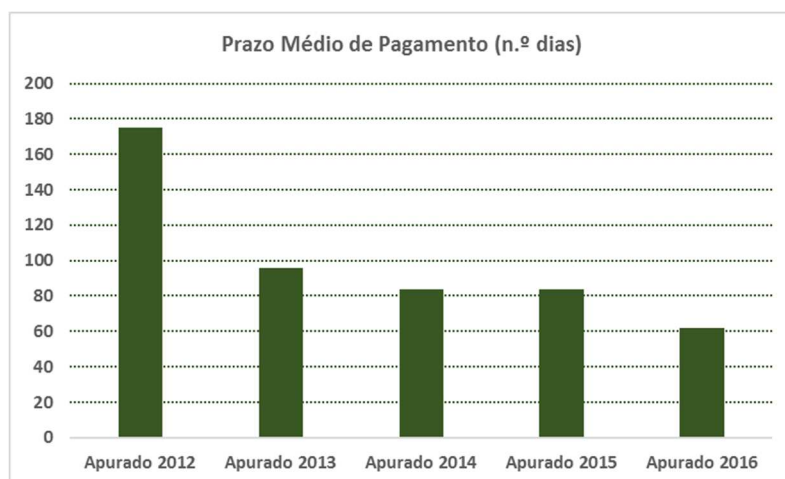
Escola Básica Norte do Entroncamento” e “Construção da Nova Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos Dr. Ruy D’Andrade”.

Em resumo:

	Valor estimado PAF 2016	Valor executado 2016	Desvio
Dívida de Médio e longo prazo	7.749.012,00	7.994.867,39	103%
Dívida de Curto prazo	0,00	0,00	0%
Dívida a Fornecedores	2.050.409,61	1.661.190,09	81%
Outra dívida a terceiros não financeira	507.886,74	1.228.918,14	242%
Endividamento total	10.307.308,35	10.884.975,62	106%

Ainda em relação ao Quadro I, verifica-se que o Prazo Médio de Pagamento embora esteja um pouco aquém dos valores estimados no PAF, tem vindo a diminuir conforme se discrimina:

Prazo médio de pagamento (n.º dias)	
Apurado 2012	175
Apurado 2013	96
Apurado 2014	84
Apurado 2015	84
Apurado 2016	62



SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

Município: Entroncamento

Data:

31-12-2016

Descrição	2011	Valores estimados PAE	Valores Apurados 2012 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAE	Valores estimados PAE	Valores Apurados 2013 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAE	Valores estimados PAE	Valores Apurados 2014 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAE	Valores estimados PAE	Valores Apurados 2015 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAE	Valores estimados PAE	Valores Apurados 2016 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAE
		2012			2013			2014			2015			2016		
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)	1.308.401,69	1.173.703,85	1.173.703,85	0,00	3.817.804,86	1.503.497,33	-2.314.307,53	3.903.687,95	334.791,94	-3.568.896,01	3.935.365,32	28.392,35	-3.906.972,97	4.354.417,01	11.358,79	-4.343.058,22
A2. Reposições não abatidas nos pagamentos	7.085,31	8.701,01	5.160,92	-3.540,09	8.962,04	456,51	-8.505,53	9.096,47	0,00	-9.096,47	9.232,91		-9.232,91	9.417,57	34.598,70	25.181,13
A3. Receita efetiva	13.373.209,27	18.097.193,01	18.022.313,39	-74.879,62	18.028.558,86	15.538.966,13	-2.489.592,73	14.807.405,27	15.392.263,04	584.857,77	13.615.299,71	14.586.792,81	971.493,10	15.397.649,90	12.201.101,41	-3.196.548,49
A3.1. Receita corrente	9.535.363,87	10.941.469,71	11.092.493,38	151.023,67	11.744.958,76	11.236.890,86	-508.067,90	11.996.699,24	11.415.773,54	-580.925,70	12.182.339,35	11.735.142,08	-447.197,27	12.412.849,34	11.182.796,36	-1.230.052,98
A3.2. Receita capital (s/ativos e passivos financ.)	3.837.845,40	7.155.723,29	6.929.820,01	-225.903,28	6.283.600,10	4.302.075,27	-1.981.524,83	2.810.706,03	3.976.489,50	1.165.783,47	1.432.960,36	2.851.650,73	1.418.690,37	2.984.800,55	1.018.305,05	-1.966.495,50
... da qual		0,00														
A3.2.1. Venda de bens de investimento	221.871,50	45.228,61	45.797,02	568,41	46.585,47	48.203,50	1.618,03	47.284,25	71.492,07	24.207,82	120.193,52	49.517,19	-70.676,33	134.003,39	24.582,60	-109.420,79
A4. Despesa efetiva	13.014.052,51	17.095.598,36	16.953.724,99	-141.873,37	17.789.723,65	18.764.226,16	974.502,51	13.691.199,08	14.636.735,23	945.536,15	12.259.876,79	13.882.583,04	1.622.706,25	14.435.738,55	10.583.358,01	-3.852.380,54
A4.1. Correntes	9.390.874,51	10.959.670,94	10.398.686,25	-560.984,69	10.477.134,09	12.842.397,00	2.365.262,91	10.484.606,33	10.481.882,16	-2.724,17	10.635.263,94	9.856.258,46	-779.005,48	10.812.119,51	9.890.760,58	-921.358,93
... das quais		0,00														
A4.1.1. Juros	301.346,33	340.635,87	323.214,87	-17.421,00	314.521,34	390.288,22	75.766,88	284.468,43	276.529,91	-7.938,52	262.831,00	250.844,13	-11.986,87	241.742,90	178.667,22	-63.075,68
a. Resultantes do PAEL		7.622,67	0,00	-7.622,67	88.529,63	45.765,06	-42.764,57	82.994,87	77.178,74	-5.816,13	77.309,38	71.124,53	-6.184,85	71.469,05	65.251,18	-6.217,87
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	234.731,72	208.760,55	175.766,26	-32.994,29	142.325,50	114.472,92	-27.852,58	121.104,28	95.769,64	-25.334,64	106.458,53	72.629,27	-33.829,26	92.451,64	62.321,90	-30.129,74
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	66.614,61	124.252,65	147.448,61	23.195,96	83.666,21	230.050,24	146.384,03	80.369,27	103.581,53	23.212,26	79.063,08	107.090,33	28.027,25	77.822,21	51.094,14	-26.728,07
A4.1.2. Despesas com pessoal	4.839.585,86	5.216.649,22	4.901.332,45	-315.316,77	4.819.667,22	5.583.273,78	763.606,56	4.767.706,81	5.176.435,04	408.728,23	4.826.510,19	5.005.663,77	179.153,58	4.884.730,72	5.040.273,55	155.542,83
A4.2. Despesas de capital (s/ativos e passivos financ.)	3.623.178,00	6.135.927,41	6.555.038,74	419.111,33	7.312.589,56	5.921.829,16	-1.390.760,40	3.206.592,75	4.154.853,07	948.260,32	1.624.612,84	4.026.324,58	2.401.711,74	3.623.619,05	692.597,43	-2.931.021,62
A5. Saldo global	359.156,76	1.001.594,65	1.068.588,40	66.993,75	238.835,20	-3.225.260,03	-3.464.095,23	1.116.206,19	755.527,81	-360.678,38	1.355.422,92	704.209,77	-651.213,15	961.911,34	1.617.743,40	655.832,06
A5.1. Saldo corrente	144.489,36	-18.201,23	693.807,13	712.008,36	1.267.824,67	-1.605.506,14	-2.873.330,81	1.512.092,91	933.891,38	-578.201,53	1.547.075,40	1.878.883,62	331.808,22	1.600.729,84	1.292.035,78	-308.694,06
A5.2. Saldo de capital	214.667,40	1.019.795,88	374.781,27	-645.014,61	-1.028.989,47	-1.619.753,89	-590.764,42	-395.886,73	-178.363,57	217.523,16	-191.652,48	-1.174.673,85	-983.021,37	-638.818,49	325.707,62	964.526,11
A6. Saldo primário	660.503,09	1.342.230,51	1.391.803,27	49.572,76	553.356,54	-2.834.971,81	-3.388.328,35	1.400.674,61	1.032.057,72	-368.616,89	1.618.252,92	955.053,90	-663.200,02	1.203.654,24	1.796.410,62	592.756,38
A7. Ativos financeiros líquidos amortizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-70.908,00	-70.908,00	0,00	-70.908,00	-70.908,00
A7.1. Receitas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A7.2. Despesas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.908,00	70.908,00	0,00	70.908,00	70.908,00
A8. Passivos financeiros líquidos amortizações	-500.939,91	1.633.805,35	-743.955,84	-2.377.761,19	-161.914,15	2.056.098,13	2.218.012,28	-1.093.625,27	-1.061.927,40	31.697,87	-945.604,14	-650.335,33	295.268,81	-927.474,77	-907.559,03	19.915,74
A8.1. Receitas de passivos financeiros	310.000,00	2.383.228,22	0,00	-2.383.228,22	1.017.192,82	3.181.877,53	2.164.684,71	0,00	0,00	0,00	0,00	682.047,70	682.047,70	0,00	511.686,13	511.686,13
A8.2. Despesas de passivos financeiros	810.939,91	749.422,87	743.955,84	-5.467,03	1.179.106,97	1.125.779,40	-53.327,57	1.093.625,27	1.061.927,40	-31.697,87	945.604,14	1.332.383,03	386.778,89	927.474,77	1.419.245,16	491.770,39
a. Resultantes do PAEL		16.690,51	0,00	-16.690,51	203.228,53	930.431,32	727.202,79	208.763,28	230.733,02	21.969,74	214.448,77	229.733,02	15.284,25	220.289,10	229.846,66	9.557,56
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	810.939,91	732.732,36	743.955,84	11.223,48	975.878,44	195.348,08	-780.530,36	884.861,99	831.194,38	-53.667,61	731.155,37	652.650,01	-78.505,36	707.185,67	689.398,50	-17.787,17
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	450.000,00	0,00	500.000,00	500.000,00
A9. Receita total	13.683.209,27	20.480.421,23	18.022.313,39	-2.458.107,84	19.045.751,68	18.721.300,17	-324.451,51	14.807.405,27	15.392.263,04	584.857,77	13.624.532,62	15.268.840,51	1.644.307,89	15.407.067,47	12.747.386,24	-2.659.681,23
A10. Despesa total	13.824.992,42	17.845.021,23	17.697.680,83	-147.340,40	18.968.830,62	19.890.005,56	921.174,94	14.784.824,36	15.698.662,63	913.838,27	13.205.480,93	15.285.874,07	2.080.393,14	15.363.213,32	12.073.511,17	-3.289.702,15
A11. Saldo para a gerência seguinte	1.166.618,54	3.809.103,85	1.498.336,41	-2.310.767,44	3.894.725,91	334.791,94	-3.559.933,97	3.926.268,86	28.392,35	-3.897.876,51	4.354.417,01	11.358,79	-4.343.058,22	4.398.271,16	685.233,86	-3.713.037,30
A12. Serviço da dívida	1.112.286,24	1.090.058,73	1.067.170,71	-22.888,02	1.493.628,31	1.516.067,62	22.439,31	1.378.093,70	1.338.457,31	-39.636,39	1.208.435,14	1.583.227,16	374.792,02	1.169.217,67	1.597.912,38	428.694,71
A13. Endividamento total	17.776.066,58	15.767.856,05	14.998.886,86	-768.969,19	14.206.446,59	0,00	-14.206.446,59	12.768.749,47	12.818.364,95	49.615,48	11.513.480,89	11.785.655,23	272.174,34	10.307.308,35	10.884.975,62	577.667,27
A13.1. Bancário	9.293.722,23	10.877.623,31	8.558.730,51	-2.318.892,80	10.715.710,85	0,00	-10.715.710,85	9.622.087,31	9.552.761,75	-69.325,56	8.676.484,94	8.900.342,55	223.857,61	7.749.012,00	7.994.867,39	245.855,39
A13.1.1. Médio e longo prazo	9.293.722,23	10.877.623,31	8.558.730,51	-2.318.892,80	10.715.710,85	0,00	-10.715.710,85	9.622.087,31	9.552.761,75	-69.325,56	8.676.484,94	8.900.342,55	223.857,61	7.749.012,00	7.994.867,39	245.855,39
a. Resultante do PAEL		2.366.537,85	0,00	-2.366.537,85	3.180.503,83	0,00	-3.180.503,83	2.971.742,28	2.756.796,43	-214.945,85	2.757.295,28	2.527.063,41	-230.231,87	2.537.008,00	2.297.216,75	-239.791,25
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo c)	9.293.722,23	8.511.085,46	8.558.730,51	47.645,05	7.535.207,02	0,00	-7.535.207,02	6.650.345,03	6.795.965,32	145.620,29	5.919.189,66	6.373.279,14	454.089,48	5.212.003,99	5.697.650,64	485.646,65
A13.1.2. Curto prazo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A13.2. Fornecedores	7.386.817,40	4.038.163,72	5.206.774,49	1.168.610,77	2.812.633,21	0,00	-2.812.633,21	2.531.369,89	2.808.535,20	277.165,31	2.278.232,90	1.924.987,78	-353.245,12	2.050.409,61	1.661.190,09	-389.219,52
A13.3. Outra dívida a terceiros não financeira	1.095.526,95	852.069,02	1.233.381,86	381.312,84	678.102,53	0,00	-678.102,53	615.292,28	457.068,00	-158.224,28	558.763,05	960.324,90	401.561,85	507.886,74	1.228.918,14	721.031,40
A14. Prazo médio de pagamento (n.º dias)	154	93	175	82	66	96	30	60	84	24	54	84	30	49	62	13

Quadro II – Medidas propostas no Plano de Ajustamento Financeiro

O Quadro II tem como finalidade a monitorização e acompanhamento das medidas propostas no PAF, e que visavam o aumento da receita do município bem como a redução gradual da despesa.

Aumento da receita

1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários

Ficou definido no PAF que uma das medidas que visavam o aumento da receita seria a maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos Tarifários de Abastecimento de Água, Saneamento de águas residuais e Gestão de Resíduos Sólidos.

O município comprometeu-se, no âmbito do PAEL, a um aumento de 3% dos tarifários acima designados, tendo o mesmo vindo a ser aprovado em 2013 em reunião de câmara de 06 de maio de 2013.

Em 2014 e 2015 não se verificaram aumentos numa tentativa de aliviar as famílias e ajudar a ultrapassar as dificuldades inerentes a uma crise que já se arrasta desde 2012. Para compensar o facto de não ter havido aumentos desta natureza, o município procurou reduzir os seus custos de funcionamento.

Em reunião de câmara de 16 de novembro de 2015 e na sequência das instruções recebidas da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, a câmara municipal deliberou proceder à aprovação de novos tarifários de abastecimento de água, águas residuais e gestão de resíduos para 2016. Assim:

- Abastecimento de Água – manter o tarifário praticado em 2015;
- Saneamento de Águas Residuais – reduzir o tarifário em 22,7%;
- Gestão de Resíduos Urbanos – aumentar o tarifário em 3%.

De um modo geral, em relação aos valores previstos em sede de candidatura verifica-se que em 2012 houve um desvio de -2%, em 2013 de -14%, -30% em 2014 e 2015.

Em 2016 o desvio foi de -85%.

Apesar de os valores se situarem abaixo do previsto verifica-se que houve um aumento considerável da receita face aos valores executados em 2011 (2012 = +591.322,84€, 2013 = + 596.864,71€, 2014 = +562.366,00€, 2015 = +592.918,24€ e 2016 = +453.926,52€).

Descrição	2011	2012		2013		2014		2015		2016	
		Cobrado	Dif.-2011	Cobrado	Dif.-2011	Cobrado	Dif.-2011	Cobrado	Dif.-2011	Cobrado	Dif.-2011
Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	1.853.811,24	2.445.134,08	591.322,84	2.450.675,95	596.864,71	2.416.177,24	562.366,00	2.446.729,48	592.918,24	2.307.737,76	453.926,52
			32%		32%		30%		32%		24%

2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município

Em relação ao ponto 2, o Plano de Ajustamento Financeiro previa um aumento de 3% em 2013, 15% em 2014 e 5% em 2015. Relativamente a 2013 foi deliberado em reunião de câmara de 06 de maio de 2013 um aumento das taxas em 3%, em relação a 2014, 2015 e 2016 a decisão foi de não proceder ao aumento estipulado no PAF.

O Município do Entroncamento tem vindo a procurar o equilíbrio das suas contas, através de uma redução significativa das despesas de funcionamento, em detrimento do aumento da receita, como forma de contribuir para a recuperação do tecido empresarial local. Um aumento das taxas iria ter um impacto negativo em toda a atividade económica do município.

Tendo por comparação os valores executados no ano de 2011, verifica-se que entre 2012 e 2016 os valores executados foram significativamente inferiores ao ano base.

Os valores executados, quando comparado com os valores previstos, apresentaram desvios de 48% em 2012 (-139.846,53 €), 68% em 2013 (-184.391,25 €), 107% em 2014 (-219.409,56 €), 126% em 2015 (-168.487,85 €) e 165% em 2016 (-114.188,91€).

Tendo as principais taxas origem na atividade da construção civil (loteamentos e obras, taxa de urbanização...), a eficácia de aumentos nas taxas é muito reduzida, podendo mesmo ter o efeito inverso. Só uma mudança radical da conjuntura atual é que levará ao aumento deste tipo de receitas.

A recuperação dos níveis de receita de 2011 não se resolve apenas com o aumento das taxas, mas sim com o crescimento da economia.

3. Outras medidas com impacto no aumento da receita

3.1 - Avaliação Geral de Imóveis - Imposto Municipal s/ Imóveis

As previsões efetuadas neste âmbito remetiam para aumentos da receita baseados na reavaliação do património urbano realizado pelo Ministério das Finanças.

Na altura da candidatura admitia-se um impacto direto de 40% fruto desta reavaliação, o qual não se concretizou.

Face aos valores previstos em sede de candidatura, verifica-se que em 2012 houve um desvio de 37%, em 2013 de 286%, em 2014 de 195%, em 2015 de 308% e em 2016 de 618%.

Apesar dos valores se situarem abaixo do inicialmente previsto verifica-se que tiveram aumentos face aos valores registados em 2011, ou seja, em 2012 o município recebeu mais 151.297,13€, em 2013 mais 237.420,79€, em 2014 mais 337.390,61€, em 2015 mais 256.305,25€ e em 2016 mais 148.781,45€.

Medida 3.1	2011	2012		2013		2014		2015		2016	
		Cobrado	Dif.-2011	Cobrado	Dif.-2011	Cobrado	Dif.-2011	Cobrado	Dif.-2011	Cobrado	Dif.-2011
IMI	2.295.777,31	2.447.074,44	151.297,13	2.533.198,10	237.420,79	2.633.167,92	337.390,61	2.552.082,56	256.305,25	2.444.558,76	148.781,45
			6,59%		10,34%		14,70%		11,16%		6,48%

O município irá procurar formas de minimizar os desvios verificados, nomeadamente através da contenção das despesas.

Redução da Despesa

4.1. Redução de 5% ao ano, sobre o ano anterior, em "aquisição de bens e serviços" à exceção de aquisição de água conforme justificado em anexo.

O município comprometeu-se em reduzir 5% nas aquisições de bens e serviços face ao ano anterior. Da análise do quadro não é possível aferir o cumprimento desta medida porque os valores registados dizem respeito aos valores pagos (execução da receita), ou seja, tendo em conta que os anos de 2012 e 2013 foram anos de ajustamento verifica-se que houve mais pagamentos do que os registados em 2011, o que não significa que o município tenha aumentado os seus custos.

Retirando efeito do PAEL, cujos pagamentos na rubrica 02 foram na ordem dos 1.541.643,68 €, ficamos com o seguinte cenário:

	VALOR	VAR
Valor executado em 2011	3.931.742,61	
Ano 2012		
Valor executado em 2012	4.726.606,90	
Diferença 2011/2012	794.864,29	16,82%
Ano 2013		
Valor executado em 2013	6.078.954,43	
Valor dos pagamentos PAEL em 2013	1.541.643,68	
Valor executado em 2013 (sem PAEL)	4.537.310,75	
Diferença 2012/2013	-189.296,15	-4,00%
Ano 2014		
Valor executado em 2014	4.572.739,14	
Diferença 2013/2014	35.428,39	0,78%
Ano 2015		
Valor executado em 2015	4.159.856,06	
Diferença 2014/2015	-412.883,08	-9,03%
Ano 2016		
Valor executado em 2016	4.219.037,97	
Diferença 2015/2016	59.181,91	1,42%

Tendo por base os valores de 2011 e retirando o efeito que o PAEL teve na económica 02, em 2013 a diferença dos valores executados diminui relativamente ao ano anterior (- 4,0 %).

Em 2014 verifica-se um ligeiro aumento face ao ano anterior (+35.428,39 € - 0,78%), em 2015 a redução face ao ano anterior foi de 9,03%, ou seja, menos 412.883,08€ e em 2016 um aumento de 59.181,91€, correspondendo a 1,42%.

5.1 Recursos humanos 3 por 1

Outra das medidas de redução das despesas é a diminuição do n.º de trabalhadores, pelo que o município só admitirá 1 trabalhador por cada 3 que se aposentem, ou cessem a sua atividade com o município.

No final de 2016 o município tinha 311 funcionários, o que significa uma redução de 2 funcionários relativamente ao ano de 2015 (313 funcionários). No que respeita a movimentações de pessoal, verificaram-se 4 saídas e 2 entradas, todos enquadrados no regime da Mobilidade.

Assim, em comparação com 2012, verifica-se que em 2013 não houve quaisquer admissões de pessoal, tendo havido 7 saídas.

Em 2014 houve 3 admissões de pessoal, contudo, o saldo entre entradas e saídas fixou-se em 17 funcionários a menos face ao ano anterior.

Em 2015 houve 4 admissões de pessoal, tendo o saldo entre entradas e saídas sido de 6 funcionários a menos face ao ano anterior.

Em resumo, face ao ano de 2012 a evolução foi a seguinte:

	2012	2013	2014	2015	2016
Nº Funcionários	343	336	319	313	311
Dif. face ao ano anterior	-	-7	-17	-6	-2

Em termos gerais verifica-se uma redução global de 32 funcionários.

No que diz respeito às remunerações a evolução foi a seguinte:

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Remunerações	3.888.025,61	4.115.067,64	3.939.571,30	3.841.209,20	3.859.212,30
Dif. face ao ano anterior		227.042,03	-175.496,34	-98.362,10	18.003,10

5.2. Redução faseada de 5% ao ano nos primeiros 5 anos do Plano de transferências para instituições sem fins lucrativos

Por ultimo, outro dos compromissos assumidos pelo PAF foi a redução de 5% nas transferências a efetuar a instituições sem fins lucrativos, designadamente a Associações, Clubes e outras Entidades com sede no concelho. Incide sobre a verba atribuída em cada ano e tem aplicação nos primeiros 5 anos do Plano de Ajustamento Financeiro.

Os valores atribuídos a instituições sem fins lucrativos nos últimos anos foram os seguintes:

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Valor dos apoios permanentes	170.600,00	155.600,00	142.545,00	135.075,00	128.557,69
Diferença entre anos	-	-15.000,00	-13.055,00	-7.470,00	-6.517,31
Variação	-	-8,79%	-8,39%	-5,24%	-4,82%

Nos anos de 2014 e 2015 a poupança ficou acima do previsto no PAF. Em 2016, o valor total dos apoios atribuídos foi de 128.557,69€. Para cumprimento dos limites estipulados no Plano, o limite máximo era de 128.321,15€, pelo que o município excedeu em apenas 236,44€ o valor previsto.

Apoios para 2016	Valor concedido	
Deliberação de 21-12-2015	91.398,00	Várias entidades
Deliberação de 04-02-2016	28.947,50	Várias entidades
Deliberação de 18-07-2016	4.400,00	Assoc.Filarmónica e Cultural
Deliberação de 21-11-2016	1.547,19	Bombeiros Voluntários Ent.º
Deliberação de 06-06-2016	300,00	Fab.Igreja (edição revista)
Deliberação de 07-03-2016	1.845,00	CLAC - Trilhos Almourol
Deliberação de 06-06-2016	120,00	Agrup.Escolas (edição Livro)
Total atribuído em 2016.....	128.557,69	

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Município: *Entrancamento*

Data: 31-12-2016

Descrição das medidas	Data início prevista para os efeitos da aplicação da medida	2011 Valores apurados (indique o montante total executado nas rubricas respetivas)	Quantificação do impacto		Valores executados		Quantificação do impacto		Valores executados		Quantificação do impacto		Valores executados		Quantificação do impacto		Valores executados		Quantificação do impacto		Valores executados		Justificação da implementação o da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida
			2012		2012		2013		2013		2014		2014		2015		2015		2016		2016			
			Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto	Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto	Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto	Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto	Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto		
B.1 Aumento da receita																								
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários.	01-01-2013	1.853.811,24	605.236,64	33%	591.322,84	-2%	679.008,08	37%	596.864,71	-14%	732.501,87	40%	562.366,00	-30%	771.296,56	42%	592.918,24	-30%	837.959,34	45%	453.926,52	-85%		
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	01-01-2013	552.807,81	-72.778,91	-13%	-139.846,53	48%	-58.378,04	-11%	-184.391,25	68%	15.786,43	3%	-219.409,56	107%	44.216,14	8%	-168.487,85	126%	74.067,34	13%	-114.188,91	165%		
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita																								
3.1 - Avaliação Geral de Imóveis - Imposto Municipal s/ Imóveis	01-01-2013	2.295.777,31	206.543,59	9%	151.297,13	-37%	916.200,02	40%	237.420,79	-286%	994.368,73	43%	337.390,61	-195%	1.045.066,88	46%	256.305,25	-308%	1.068.631,85	47%	148.781,45	-618%		
... discriminar cada medida numa linha																								
Total Aumento de receita (B.1)		4.702.396,36	739.001,32	16%	602.773,44	-23%	1.536.830,06		649.894,25	-136%	1.742.657,02	37%	680.347,05	-156%	1.860.579,59	40%	680.735,64	-173%	1.980.658,53	42%	488.519,06	-305%		
B.2 Redução da despesa																								
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais																								
4.1. Redução de 5% ao ano, sobre o ano anterior, em "aquisição de bens e serviços" à exceção de aquisição de água conforme justificado em anexo.	01-01-2013	3.931.742,61	0,00	0%	-794.864,29	100%	180.948,90	5%	-605.568,14	130%	185.267,40	5%	-640.996,53	129%	189.730,90	5%	-228.113,45	183%	195.041,55	5%	-287.295,36	168%		
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa																								
5.1 - Redução despesas de funcionamento através da agregação de necessidades																								
5.1 Recursos humanos 3 por 1	01-01-2014	1.339.186,65	0,00	0%	0,00	#DIV/0!	0,00	0%	43.397,84	100%	12.015,87	1%	175.496,34	1461%	20.542,02	2%	98.362,10	479%	50.911,31	4%	18.003,10	35%		
5.2 - Redução de Subsídios e Transferências para terceiros																								
5.2. Redução faseada de 5% ao ano nos primeiros 5 anos do Plano de transferências para instituições sem fins lucrativos	01-01-2013	113.737,80	0,00	0%	56.862,20	100%	9.746,18	9%	15.000,00	35%	8.779,75	8%	13.055,00	33%	8.911,45	8%	7.470,00	-19%	9.089,68	8%	6.517,31	-39%		
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)		5.384.667,06	0,00		-738.002,09		190.695,08	4%	-547.170,30	135%	206.063,02	4%	-452.445,19	146%	219.184,36	4%	-122.281,35	279%	255.042,54	5%	-262.774,95	197%		
B.3 Outras medidas																								
6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)																								
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município b)																								
8. Outras medidas b)																								
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)		0,00	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00			
Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)		10.087.063,42	739.001,32	7%	-135.228,65	-18%	1.727.525,14	17%	102.723,95	-1582%	1.948.720,05	19%	227.901,86	-755%	2.079.763,95	21%	558.454,29	-272%	2.235.701,07	22%	225.744,11	-890%		

b) Indicação do tipo de impacto que podem ter: no caso de aumento de receitas indicar com sinal positivo; no caso de aumento da despesa indicar com sinal negativo.

c) Devem ser registadas todas as medidas implementadas pelo Município. Caso as medidas não estejam listadas no quadro, deverão acrescentar as linhas necessárias.

Quadro III – Evolução Previsional da Receita e da Despesa

O Quadro III incide sobre a evolução previsional da Receita e da Despesa e engloba todos os indicadores suscetíveis de determinar a sua evolução, desde a adesão do município ao PAEL até final de 2016. Algumas considerações foram já efetuadas na análise ao Quadro I.

EVOLUÇÃO DA RECEITA

Verifica-se que as receitas estimadas de IMI, IMT e Derrama ficaram em média a rondar os 75%, um pouco abaixo do previsto. Contudo verificou-se uma receita superior ao estimado na rubrica “Outros impostos diretos”, a qual respeita ao Imposto Único de Circulação, que obteve uma receita de 416.634,77€.

Relativamente aos Impostos Indiretos a receita foi de 192.569,71€ e taxas, multas e outras penalidades de 279.013,62€, ambas correspondendo a cerca de 75% do estimado no PAF. De referir, que se tratam de receitas diretamente relacionadas com os munícipes e as empresas do concelho, pelo que se consideram bastante aceitáveis, atendendo a situação económica e financeira difícil que se tem vivido nos últimos anos.

A receita proveniente das Transferências Correntes foi superior ao esperado, 4.384.373,48€ e inclui as receitas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (1.674.627,00€), do Fundo Social Municipal (274.907,00€) e a Participação Fixa no IRS (1.154.679,00€). Engloba também as receitas provenientes do Instituto de Gestão Financeira da Educação (622.961,81€), destinadas a comparticipar o pagamento ao pessoal não docentes das Escolas (490.355,72€), Acordo de Cooperação de Educação Pré-Escolar (112.606,09€) e Gestão do Parque Escolar (20.000,00€), entre outras.

Em relação à Venda de Bens o total foi de 1.273.973,54€, correspondendo a 90% do valor estimado no PAF, e provém maioritariamente da venda de água (1.269.230,98€). No que respeita à Prestação de Serviços a receita obtida foi de 1.376.885,99€ o que representa 81% relativamente ao estimado.

No total a Receita Corrente cobrada foi de 11.182.796,36€, cerca de 90% do valor estimado no PAF.

Em resumo:

Designação	Valor estimado PAF 2016	Valor executado 2016	%
IMI	3.364.409,16	2.444.558,76	73%
IMT	691.457,70	491.616,49	71%
Derrama	163.421,51	131.866,08	81%
Outros	389.387,89	416.634,77	107%
Impostos indiretos	250.932,55	192.569,71	77%
Taxas, multas e outras penalidades	375.942,60	279.013,62	74%
Rendimentos da propriedade	33.942,29	10.927,52	32%
Transferências correntes	3.955.568,30	4.384.373,48	111%
Venda de bens	1.412.000,92	1.273.973,54	90%
Serviços	1.702.281,07	1.376.885,99	81%
Rendas	73.234,77	85.589,07	117%
Outras receitas correntes	270,59	94.787,33	35030%
Receita corrente	12.412.849,34	11.182.796,36	90%

Os desvios mais significativos verificaram-se nas Receitas de Capital, cujo total foi de 1.529.991,18€, apenas 51% do estimado. Contudo, é importante referir que as receitas de capital são maioritariamente provenientes dos Fundos Comunitários FEDER, sendo que o ano de 2016 teve poucos desenvolvimentos nessa área. Continuaram a proceder-se às diligências necessárias para o encerramento dos projetos existentes, tendo sido ainda recebido o valor de 702.751,71€ referente a anteriores candidaturas. Em relação às transferências do Estado referentes ao FEF-Capital foi recebido o valor de 186.070,00€, muito inferior ao estimado no PAF (810.526,58€).

A Receita referente a Passivos Financeiros foi de 511.686,13€ e respeita ao empréstimo de Curto Prazo no valor de 500.000,00€, contratado para Gestão de Tesouraria e 11.686,13€ referente à última tranche do Empréstimo contraído junto do BEI para a obra participada “Ciclovias – Freguesia de Nossa Senhora de Fátima”.

Designação	Valor estimado PAF 2016	Valor executado 2016	%
Venda de bens de investimento	134.003,39	24.582,60	18%
Transferências de capital	2.850.526,58	888.821,71	31%
Passivos financeiros	0,00	511.686,13	-
Outras receitas de capital	270,59	104.900,74	38768%
Receitas de capital.....	2.984.800,55	1.529.991,18	51%

EVOLUÇÃO DA DESPESA

Face aos valores definidos no PAF as Despesas Correntes totalizaram, no final de 2016, o valor de 9.890.760,58€, 91% do estimado. Na generalidade todos os valores tiveram um nível de execução abaixo do esperado. Excetuam-se as Despesas com o Pessoal, em que o valor foi 3% superior (155.542,83€). Para isso contribuíram em grande parte os encargos para a Segurança Social, cuja previsão não terá sido corretamente elaborada, uma vez que os encargos com as remunerações certas e permanentes baixou (o valor estimado era de 4.013.413,87€ e foi executado 3.859.212,30€), contudo verificou-se um aumento na contribuição para a Segurança Social (o valor estimado era de 760.359,54€ e foram pagos encargos no valor de 1.058.322,09€, mais 297.962,55€ que o previsto).

Relativamente às Despesas de Capital, verifica-se que os valores foram igualmente inferiores aos estimados para o ano. Excetuam-se as despesas relativas a Passivos Financeiros, cujo valor foi de 1.419.245,16€, mais 491.770,39€ do que o esperado. Para isso contribuiu a amortização do empréstimo de curto prazo no valor de 500.000,00€, contraído para fazer face a dificuldades de Tesouraria.

Designação	Valor estimado PAF 2016	Valor executado 2016	%
Despesas com o pessoal	4.884.730,72	5.040.273,55	103%
Aquisição de bens e serviços	5.227.553,42	4.219.037,97	81%
Juros e outros encargos	241.742,90	178.667,22	74%
Transferências correntes	301.934,01	299.854,04	99%
Outras despesas correntes	156.158,46	152.927,80	98%
Despesas correntes.....	10.812.119,51	9.890.760,58	91%

Investimentos	1.610.000,00	429.364,25	27%
Locação financeira	36.983,32	6.942,62	19%
Bens de domínio público	1.900.000,00	233.871,00	12%
Transferências de capital	76.635,73	22.419,56	29%
Ativos financeiros	0,00	70.908,00	-
Passivos financeiros	927.474,77	1.419.245,16	153%
Despesas de capital.....	4.551.093,82	2.182.750,59	48%

Para concluir, verifica-se que o valor Total da Receita foi de 12.747.386,24€ e o valor Total da Despesa ficou em 12.073.511,17€ correspondendo a 83% e 79% dos valores estimados. Atendendo a que as previsões foram efetuadas em 2012, poderão considerar-se valores bastante aceitáveis. Em termos de saldo (receita - despesa) o ano foi concluído com um valor de 673.875,07€ superior nas receitas face às despesas do ano.

Designação	Valor estimado PAF 2016	Valor executado 2016	%
Receita corrente incluindo RNAP	12.422.266,91	11.217.395,06	90%
Despesas Correntes	10.812.119,51	9.890.760,58	91%

Receita capital	2.984.800,55	1.529.991,18	51%
Despesas de capital	4.551.093,82	2.182.750,59	48%

Receita total	15.407.067,47	12.747.386,24	83%
Despesa total	15.363.213,32	12.073.511,17	79%

Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores candidatura		Valores candidatura		Valores candidatura		Valores candidatura		Valores candidatura		Valores candidatura		Observação / Justificação				
	Valores estimados PAF		Valores Executados 2012	Desvio face ao previsto	Valores estimados PAF		Valores Executados 2013	Desvio face ao previsto	Valores estimados PAF		Valores Executados 2014	Desvio face ao previsto	Valores estimados PAF			Valores Executados 2015	Desvio face ao previsto	Valores Executados 2016	Desvio face ao previsto
	2011	2012 total			2013	2014			2015	2016									
Receitas correntes	9.535.363,87	10.941.469,71	11.092.493,38	-151.023,67	11.744.958,76	11.236.890,86	508.067,90	11.996.699,24	11.415.773,54	580.925,70	12.182.339,35	11.735.142,08	447.197,27	12.412.849,34	11.182.796,36	1.230.052,98			
Impostos directos	3.469.228,03	3.683.556,43	3.887.592,07	-204.035,64	4.407.263,09	3.728.232,54	679.030,55	4.498.299,94	3.418.890,91	1.079.409,03	4.563.632,03	3.884.841,54	678.790,49	4.608.676,26	3.484.676,10	1.124.000,16			
IMI	2.295.777,31	2.502.320,90	2.447.074,44	-55.246,46	3.211.977,33	2.325.198,10	678.779,23	3.290.146,04	2.233.167,92	656.978,12	3.340.844,19	2.552.082,56	788.761,63	3.364.409,16	2.444.558,76	199.850,40			
IMT	667.791,23	661.274,00	888.180,84	-226.906,84	664.531,44	609.602,71	54.928,73	671.841,28	228.343,80	443.497,42	679.231,53	800.997,56	-121.766,03	691.457,70	491.616,49	199.841,21			
Derrama	163.377,61	160.201,46	170.337,26	-10.135,80	160.201,46	130.376,76	29.824,70	160.201,46	122.582,70	37.618,76	161.803,47	116.215,91	45.587,56	163.421,51	131.866,08	31.555,43			
Outros	342.281,88	359.760,07	381.999,53	-22.239,46	370.552,87	455.054,97	-84.502,10	376.111,17	434.796,49	-58.685,32	381.752,83	415.545,51	-33.792,68	389.387,89	416.634,77	-27.246,88			
Impostos indirectos	207.911,55	192.151,31	150.913,63	41.237,68	197.915,84	114.856,73	83.059,11	227.603,22	67.617,08	159.984,14	238.983,38	137.314,62	101.668,76	250.932,55	192.569,71	58.362,84			
Taxas, multas e outras penalidades	344.896,26	287.877,60	284.302,96	3.574,64	296.513,93	282.537,13	13.976,80	340.991,02	309.990,99	31.000,03	358.400,57	275.052,31	82.988,26	375.942,60	279.013,62	96.928,98			
Taxas	325.132,55	266.154,83	262.047,65	4.107,18	274.139,47	253.559,83	20.579,64	315.260,39	265.781,19	49.479,22	331.023,41	247.005,34	84.018,07	347.574,58	246.049,19	101.525,39			
Multas	19.763,71	21.722,78	22.255,31	-532,54	22.374,46	28.977,30	-6.602,84	25.730,63	44.209,82	-18.479,19	27.017,16	28.046,97	-1.029,81	28.368,02	32.964,43	-4.596,41			
Rendimentos da propriedade	23.095,56	44.407,16	44.091,21	315,95	33.028,35	41.581,81	-8.553,46	33.150,41	10.952,67	22.197,74	33.523,22	10.909,91	22.613,31	33.942,29	10.927,52	23.014,77			
Transferências correntes	3.160.031,90	3.842.862,60	3.789.947,62	52.914,98	3.851.382,56	4.150.227,03	-298.844,47	3.855.770,34	4.208.133,80	-352.363,46	3.901.662,57	4.335.252,12	-433.589,55	3.955.568,30	4.384.373,48	-428.805,18			
Venda de bens e serviços correntes	2.272.731,95	2.874.454,62	2.904.114,99	-29.660,37	2.958.597,49	2.896.146,68	62.450,81	3.040.622,95	2.877.469,45	163.153,50	3.086.232,29	2.899.230,21	187.002,08	3.187.516,77	2.736.440,60	451.068,17			
Venda de bens	991.976,75	1.304.564,33	1.290.040,49	14.523,84	1.343.701,26	1.286.330,37	57.370,89	1.363.856,78	1.270.436,86	93.419,92	1.384.314,63	1.286.888,75	97.425,88	1.412.000,92	1.273.973,54	138.027,38			
Serviços	1.087.246,36	1.500.197,95	1.522.494,93	-22.296,98	1.545.203,88	1.529.781,85	15.422,03	1.606.028,44	1.510.761,37	95.267,07	1.630.118,87	1.512.051,29	118.067,58	1.702.281,07	1.376.885,99	325.395,08			
Rendas	193.508,84	69.692,35	91.579,57	-21.887,22	69.692,35	80.034,46	-10.342,11	70.737,73	96.271,22	-25.533,49	71.798,80	100.290,17	-28.491,37	73.234,77	85.589,07	-12.354,30			
Outras receitas correntes	57.468,62	16.160,00	31.530,90	-15.370,90	257,50	23.308,94	-23.051,44	261,36	522.718,64	-522.457,28	265,28	192.541,37	-192.276,09	270,59	94.787,33	-94.516,74			
Receitas de capital	4.147.845,40	9.538.951,51	6.929.820,01	2.609.131,50	7.300.792,92	7.483.952,80	-183.159,88	2.810.706,03	3.975.099,61	-1.164.393,58	1.432.960,36	3.533.558,78	-2.100.598,42	2.984.800,55	1.529.991,18	1.454.809,37			
Venda de bens de investimento	221.871,50	45.228,61	45.797,02	-568,41	46.585,47	48.203,50	-1.618,03	47.284,25	71.492,07	-24.207,82	120.935,52	49.517,19	70.676,33	134.003,39	24.582,60	109.420,79			
Terrenos	220.262,50	44.228,61	45.797,02	-1.568,41	45.555,47	47.928,50	-2.373,03	46.238,89	71.492,07	-25.253,27	119.132,39	49.394,19	69.738,20	132.921,03	24.582,60	108.338,43			
Habitações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outros bens de investimento	1.609,00	1.000,00	0,00	1.000,00	1.030,00	275,00	755,00	1.045,45	1.045,45	0,00	1.061,13	123,00	938,13	1.082,35	0,00	1.082,35			
Transferências de capital	3.612.973,90	7.094.334,68	6.862.862,99	231.471,69	6.236.757,12	4.241.788,96	1.994.968,16	2.763.160,41	3.898.978,13	-1.135.817,72	1.312.501,56	2.601.866,95	-1.289.365,39	2.850.526,58	888.821,71	1.961.704,87			
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	877.291,00	794.556,00	794.560,00	-4,00	794.556,00	397.280,00	397.276,00	794.556,00	200.823,00	593.733,00	802.501,56	181.563,00	620.938,56	810.526,58	186.070,00	624.456,58			
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Passivos financeiros	310.000,00	2.383.228,22	0,00	2.383.228,22	1.017.192,82	3.181.877,53	-2.164.684,71	0,00	0,00	0,00	0,00	682.047,70	-682.047,70	0,00	511.686,13	-511.686,13			
Outras receitas de capital	3.000,00	16.160,00	21.160,00	-5.000,00	257,50	12.082,81	-11.825,31	261,36	4.629,41	-4.368,05	265,28	200.126,94	-199.861,66	270,59	104.904,74	-104.630,15			
Rep. não abatidas nos pagamentos	7.085,31	8.701,01	5.160,92	3.540,09	8.962,04	456,51	8.505,53	9.096,47	1.389,89	7.706,58	9.232,91	139,65	9.093,26	9.417,57	34.598,70	-25.181,13			
Total receita	13.690.294,58	20.489.122,23	18.027.474,31	2.461.647,92	19.054.713,71	18.721.300,17	333.413,54	14.815.501,74	15.392.263,04	-575.761,30	13.624.532,62	15.268.840,51	-1.644.307,89	15.407.067,47	12.747.386,24	2.659.681,23			
Receitas correntes	9.535.363,87	10.941.469,71	11.092.493,38	-151.023,67	11.744.958,76	11.236.890,86	508.067,90	11.996.699,24	11.415.773,54	580.925,70	12.182.339,35	11.735.142,08	447.197,27	12.412.849,34	11.182.796,36	1.230.052,98			
Receitas de capital	4.147.845,40	9.538.951,51	6.929.820,01	2.609.131,50	7.300.792,92	7.483.952,80	-183.159,88	2.810.706,03	3.975.099,61	-1.164.393,58	1.432.960,36	3.533.558,78	-2.100.598,42	2.984.800,55	1.529.991,18	1.454.809,37			
Despesas correntes	9.390.874,51	10.959.670,94	10.398.686,25	560.984,69	10.477.134,09	12.842.397,00	-2.365.262,91	10.484.606,33	10.481.882,16	2.724,17	10.635.263,94	9.856.258,46	779.005,48	10.812.119,51	9.890.760,58	921.358,93			
Despesas com o pessoal	4.839.585,86	5.216.649,22	4.901.332,45	315.316,77	4.819.667,22	5.583.273,78	-763.606,56	4.767.706,81	5.176.435,04	-408.728,18	4.826.510,19	5.005.663,77	-179.153,58	4.884.730,72	5.040.273,55	-155.542,83			
Remunerações certas e permanentes	3.755.009,35	3.936.953,82	3.888.025,61	48.928,21	3.961.518,95	4.115.067,46	-153.548,69	3.991.668,27	3.939.571,30	27.903,03	3.963.270,26	3.841.209,20	122.061,06	4.013.413,87	3.859.212,30	154.201,57			
Abonos variáveis ou eventuais	140.383,49	112.750,81	105.336,85	7.413,96	111.816,77	108.311,07	3.505,70	111.601,91	111.206,22	395,69	111.387,04	116.115,75	-4.728,71	110.957,31	122.739,16	-11.781,85			
Segurança social	944.193,02	1.166.944,59	907.969,99	258.974,60	746.331,50	1.359.895,07	-613.563,57	744.436,63	1.125.657,52	-381.220,89	751.852,89	1.048							

Quadro IV – Mapa Previsional da Evolução da Dívida de Curto e Médio e Longo Prazo

O Quadro IV respeita à Evolução da Dívida de Curto Prazo e Médio e Longo Prazo. Assim, engloba a dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo no total de 7.994.867,39€, sendo que 2.297.216,75€ respeitam ao PAEL e 5.697.650,64€ a outros empréstimos. A dívida total de curto prazo é de 2.890.108,23€, e a Dívida Total do município é de 10.884.975,62€. Relativamente ao valor estimado no PAF e em termos gerais a dívida total ficou 5,60% acima do previsto.

Designação	Valor estimado PAF 2016	Valor executado 2016	Desvio
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	7.749.012,00	7.994.867,39	3,17%
Fornecedores gerais c/c	1.067.997,00	1.409.382,31	31,97%
Fornecedores de imobilizado - c/c	982.412,00	251.807,78	-74,37%
Estado e outros entes públicos	50.000,00	63.447,28	26,89%
Administração autárquica	3.485,00	1.387,56	-60,18%
Devedores e credores diversos	454.402,00	1.164.083,30	156,18%
DÍVIDA TOTAL	10.307.308,00	10.884.975,62	5,60%

Na parte final do Quadro IV estão ainda discriminados os valores referentes à Evolução do Serviço da Dívida de Empréstimos de Médio e Longo Prazo. O total de amortizações foi de 919.246€, menos 0,89% do que o estimado e o total referente a juros foi de 127.573€, menos 22,15% do que o estimado. Concluiu-se assim, que os valores executados em 2016 ficaram abaixo do estimado no PAF exceto no que respeita à amortização do empréstimo PAEL, que ficou ligeiramente superior.

Amortização EMLP	Valores estimados PAF 2016	Valores Executados 2016	Desvio face ao previsto
No âmbito do PAEL	220.289	229.847	4,34%
Outros EMLP	707.186	689.399	-2,52%
Total Amortizações	927.475	919.246	-0,89%

Juros EMLP	Valores estimados PAF 2016	Valores Executados 2016	Desvio face ao previsto
No âmbito do PAEL	71.469	65.251	-8,70%
Outros EMLP	92.399	62.322	-32,55%
Total Amortizações	163.868	127.573	-22,15%

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP

Município: **Entroncamento**

31-12-2016

(euros)

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO																
Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Desvio	Valores candidatura	Valores Executados 2013	Desvio	Valores candidatura	Valores Executados 2014	Desvio	Valores candidatura	Valores Executados 2015	Desvio	Valores candidatura	Valores Executados 2016	Desvio
	2011	2012			2013			2014			2015			2016		
Dívida de Curto prazo	8.482.344	4.890.233	6.440.209	1.549.977	3.490.736	3.012.966	-477.769	3.146.662	3.265.603	118.941	2.836.996	2.885.313	48.317	2.558.296	2.890.108	331.812
Empréstimos de CP				0			0			0		0	0		0	0
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP				0			0			0		0	0			0
Outra	8.482.344	4.890.233	6.440.209	1.549.977	3.490.736	3.012.966	-477.769	3.146.662	3.265.603	118.941	2.836.996	2.885.313	48.317	2.558.296	2.890.108	331.812
Fornecedores c/c	4.283.354	2.338.028	3.008.818	670.791	1.465.017	1.591.887	126.871	1.318.515	1.619.883	301.367	1.186.664	1.630.825	444.161	1.067.997	1.409.382	341.385
Fornecedores de imobilizado c/c	3.103.463	1.700.136	2.197.956	497.820	1.347.616	857.459	-490.158	1.212.855	1.188.653	-24.202	1.091.569	294.163	-797.407	982.412	251.808	-730.605
Estado e Outros Entes Públicos	49.108	50.000	52.099	2.099	50.000	79.029	29.029	50.000	63.464	13.464	50.000	63.933	13.933	50.000	63.447	13.447
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	53	53	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Administração autárquica	39.723	9.229	48.668	39.439	4.780	2.178	-2.603	4.302	1.379	-2.924	3.872	18.842	14.970	3.485	1.388	-2.097
Outros credores	1.006.696	792.840	1.132.615	339.775	623.322	482.414	-140.908	560.990	392.226	-168.764	504.891	877.550	372.659	454.402	1.164.083	709.681
Subtotal Curto prazo	8.482.344	4.890.233	6.440.209	1.549.977	3.490.736	3.012.966	-477.769	3.146.662	3.265.603	118.941	2.836.996	2.885.313	48.317	2.558.296	2.890.108	331.812
Dívida de Médio e longo prazo	9.293.722	10.877.623	8.558.731	-2.318.893	10.715.711	10.613.512	-102.199	9.622.086	9.552.762	-69.324	8.676.485	8.900.343	8.900.343	7.749.012	7.994.867	7.994.867
Empréstimos	9.293.722	10.877.623	8.558.731	-2.318.893	10.715.711	10.613.512	-102.199	9.622.086	9.552.762	-69.324	8.676.485	8.900.343	223.858	7.749.012	7.994.867	245.855
No âmbito do PAEL		2.366.538	0	-2.366.538	3.180.504	2.986.529	-193.974	2.971.741	2.756.796	-214.944	2.757.295	2.527.063	-230.232	2.537.008	2.297.217	-239.791
Outros empréstimos de médio/longo prazo	9.293.722	8.511.085	8.558.731	47.645	7.535.207	7.626.983	91.776	6.650.345	6.795.965	145.620	5.919.190	6.373.279	454.089	5.212.004	5.697.651	485.647
Outra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecedores c/c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Administração autárquica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros credores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal Médio e longo prazo	9.293.722	10.877.623	8.558.731	-2.318.893	10.715.711	10.613.512	-102.199	9.622.086	9.552.762	-69.324	8.676.485	8.900.343	223.858	7.749.012	7.994.867	245.855
Total da dívida	17.776.067	15.767.856	14.998.940	-768.916	14.206.447	13.626.478	-579.968	12.768.748	12.818.365	49.617	11.513.481	11.785.655	272.174	10.307.308	10.884.976	577.667
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	0	0		0	0	0	0		0	0	0		0	0	0	0
Total da dívida de natureza orçamental	17.776.067	15.767.856	14.998.940	-768.916	14.206.447	13.626.478	-579.968	12.768.748	12.818.365	49.617	11.513.481	11.785.655	272.174	10.307.308	10.884.976	577.667

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP																																													
Descrição	Valores apresentados em candidatura				2012 Valores Executados				Desvio	Valores candidatura				2013 Valores Executados				Desvio	Valores candidatura				2014 Valores Executados				Desvio	Valores candidatura				Valores Executados 2015				Desvio	Valores candidatura				Valores Executados 2016				Desvio
	2011		2012 total (1.º sem. apurado + 2.º sem. estimado)							2013		2014							2015		2016																								
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros											
SERVIÇO DA DÍVIDA EMLP																																													
No âmbito do PAEL			16.691	7.623	0	0	-16.691	-7.623	203.229	88.530	232.734	45.765	29.505	-42.765	208.763	82.995	229.733	77.179	20.970	-5.816	214.449	77.309	229.733	71.125	15.284	-6.185	220.289	71.469	229.847	65.251	9.558	-6.218													
Outros empréstimos de médio/longo prazo	810.940	218.000	732.732	197.650	743.956	175.766	11.223	-21.884	975.878	135.819	931.748	109.627	-44.130	-26.192	884.862	118.502	832.194	95.700	-52.668	-22.802	731.155	105.650	652.650	72.629	-78.505	-33.020	707.186	92.399	689.399	62.322	-17.787	-30.078													
Total	810.940	218.000	749.423	205.273	743.956	175.766	-5.467	-29.506	1.179.107	224.348	1.164.482	155.392	-14.625	-68.957	1.093.625	201.497	1.061.927	172.879	-31.698	-28.619	945.604	182.959	882.383	143.754	-63.221	-39.205	927.475	163.869	919.245	127.573	-8.230	-36.295													

Conclusões

Apesar de ter havido alguns desvios nos valores executados, em comparação aos que foram previstos no PAF em 2012, pode-se verificar uma evolução bastante significativa no desempenho financeiro do Município no período 2012-2016. Em 4 anos o Município conseguiu uma redução da dívida na ordem dos 4,1 M€ (passou de uma dívida de 14,9 M€ em 2012 para 10,8 M€ no final de 2016).

Atendendo a que a principal missão do município é a satisfação das necessidades básicas dos seus munícipes, designadamente, saneamento básico, abastecimento de água, educação, ambiente, desporto, ação social, etc., verifica-se que esta redução foi conseguida através de uma gestão rigorosa, tentando não pôr em causa o interesse público, a prossecução da atividade do município e não prejudicando os contribuintes e utentes. Ou seja, foi feita sem o aumento de taxas, sem o aumento dos preços da água, RSU e saneamento e diminuindo a taxa de IMI de 0,4% para os atuais 0,35%.

Com este percurso demonstrou-se que a redução da dívida pode ser feita tendo por base a contenção das despesas em detrimento do aumento das receitas.

De referir que as previsões efetuadas foram feitas em 2012, como tal, é bastante difícil prever com total exatidão o percurso do município durante os 14 anos do ajustamento, uma vez que o mesmo está sujeito a inúmeras variáveis. Contudo, há que ter presente a finalidade de todo o processo de ajustamento financeiro, o qual passa sobretudo pelo equilíbrio financeiro, que pressupõe o ajustamento das despesas às receitas efetivamente cobradas. Neste ponto considera-se que o objetivo foi cumprido, com os números que foram anteriormente apresentados.